

## **Novo código pode representar mais desmatamento, diz IPEA**

**Categories :** [Notícias](#)

O [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada \(Ipea\)](#) divulgou na quarta-feira, dia 8, um estudo em que calcula a área de vegetação nativa que deixaria de ser preservada, caso seja aprovado as alterações do Código Florestal Brasileiro, aprovada na Câmara e atualmente em discussão no Senado.

De acordo com o estudo, com a isenção da recomposição da reserva legal proposta pelo [relatório de Aldo Rebelo \(PCdoB\) aprovado na Câmara](#), cerca de 29 milhões de hectares, ou quase um Rio Grande do Sul, de mata nativa deixaria de ser recuperados no país, na perspectiva mais otimista.

A área desabrigada de repor a Reserva Legal (RL) é quase do tamanho do estado do Rio Grande do Sul. O novo Código desobriga os proprietários rurais (com até quatro módulos) de recuperar as áreas consolidadas, a reserva legal que foi ocupada pela agricultura ou pecuária antes de 2008. Segundo o relator do projeto, deputado Aldo Rebelo, a desobrigação da manutenção da Reserva Legal beneficia os pequenos proprietários, que teria mais área para plantar.

Porém, segundo o Ipea, a isenção de reposição da mata para imóveis menores não deixa mais terra para a produção. "Para garantir que esses imóveis tenham no mínimo um módulo fiscal e dar pleno acesso à terra a seus proprietários, seriam necessários 76 milhões de hectares adicionais", afirma o estudo. "A liberação das áreas de reserva legal (RL) para esses imóveis adicionaria somente 17 milhões de hectares."

Segundo o levantamento, o país tem 5.18.595 de imóveis rurais, ocupando 571,7 milhões de hectares. Aqueles com até quatro módulos fiscais corresponde a 90% do total, embora ocupem apenas 24% da área total das propriedades do campo, com 135 milhões de hectares.

Caso a possibilidade da anistia incentivasse outros proprietários a derrubar a reserva legal remanescente, chegaria a 47 milhões de hectares o número de mata nativa perdida.

Embora seja no bioma Amazônico que está concentrada 60% da área não recuperada, os biomas mais prejudicados seriam a Caatinga e a Mata Atlântica. São nessas regiões, informa o comunicado, que o percentual de reserva legal que não seria recuperada pode chegar a 50% da área desmatada.

Levando em conta os compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil para a diminuição das emissões de CO2 na atmosfera, a recuperação da reserva legal desmatada compensaria a emissão de 3,15 bilhões de toneladas de carbono. O suficiente para cumprir durante quatro anos a meta de redução de emissão por desmatamento assumida pelo governo brasileiro, diz o comunicado.

O estudo tem como objetivo fornecer subsídios para a discussão sobre o [novo Código Florestal Brasileiro, em discussão no Senado Federal](#).

**Saiba Mais**

[Íntegra do Comunicado do Ipea nº 96 - Código florestal: implicações do PL 1876/99 nas áreas de reserva legal](#)

**Leia também**

[Entenda o “novo” Código Florestal](#)

-